26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

COMPETÊNCIA CRÍTICA E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA ENQUANTO **PRÁXIS:** UMA ANÁLISE EM APROXIMAÇÃO ÀS IDEIAS DE PAULO FREIRE

CRITICAL COMPETENCE AND THE MEDIATION OF INFORMATION AND CULTURE AS PRAXIS*: AN ANALYSIS DRAWING ON THE IDEAS OF PAULO FREIRE*

Renato Lopes Vieira – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Elisabete Gonçalves de Souza – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Discute a dimensão social e política da práxis bibliotecária, perspectiva analítica cuja gênese encontra-se nos teóricos da Escola de Chicago, que, em suas críticas ao modelo tradicional, ampliam a compreensão da biblioteca como espaço de promoção do acesso à informação e aos bens culturais. Apoia-se na epistemologia freiriana para discutir os conceitos de mediação e competência crítica em informação, mostrando como ambos são fundamentais na práxis do bibliotecário escolar, entendida como uma prática comprometida com a transformação da realidade dos educandos. Realiza uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, fundamentada na perspectiva freiriana de educação problematizadora e libertadora. A coleta de dados teve como campo empírico as escolas da Rede Municipal de Ensino de Niterói. Foram analisados 7 Planos de Gestão das 16 unidades de ensino investigadas, buscando compreender de que maneira os conceitos de mediação da informação e da cultura, bem como o de competência crítica em informação, são mobilizados nestes documentos. Os resultados mostram que há, manifesto nos planos, o interesse das unidades de ensino em uma educação crítica, pautada nos princípios freirianos que nortearam esta pesquisa, especialmente daqueles que fundamentam suas aspirações em relação à educação escolar em prol de um novo modelo de sociedade, mais justo e igualitário. Porém, a pesquisa conclui que a compreensão acerca da importância do bibliotecário, enquanto agente de educação e de mediação de informação e cultura, ainda é bastante limitada no contexto das escolas investigadas.
Palavras-chave: mediação da informação; competência em informação; biblioteca escolar; educação básica – Niterói - RJ.

Abstract: This study discusses the social and political dimensions of library praxis—an analytical perspective rooted in the theories of the Chicago School, which, through critiques of the traditional model, expanded the understanding of the library as a space for promoting

access to information and cultural assets. Drawing on Freirean epistemology, the study examines the concepts of mediation and critical information literacy, demonstrating their fundamental role in the praxis of school librarians—a practice committed to transforming the reality of students. It employs qualitative research with a descriptive-interpretative approach, grounded in the Freirean perspective of problem-posing and liberating education. Data collection was conducted within the municipal school system of Niterói. Seven management plans from the sixteen schools under study were analyzed to understand how the concepts of information and cultural mediation, as well as critical information literacy, are incorporated into these documents. The results reveal that the schools demonstrate—through these plans—an interest in critical education based on the Freirean principles guiding this research, particularly those grounding their educational aspirations in the pursuit of a new, more just, and egalitarian society. However, the research concludes that the understanding of the librarian's importance—as an agent of education and a mediator of information and culture—remains quite limited within the context of the schools investigated.
Keywords: information mediation; information literacy; school library; Basic education – Niterói - RJ.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a função do bibliotecário na sociedade marca a história dos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI) nas diferentes fases de seu desenvolvimento. Nesse processo, o bibliotecário foi definido como o guardião de acervos, o gestor da informação e do conhecimento, e mais recentemente como o mediador da informação. A perspectiva da mediação abriu o campo de atuação do bibliotecário, no sentido de aproximá-la da biblioteca em sua integralidade: como organizador do acervo e mediador da informação.

Essa mudança na abordagem do papel do bibliotecário e das bibliotecas na sociedade tem seu lastro teórico na Escola de Chicago. Segundo Mueller (1984), os intelectuais filiados à instituição foram os primeiros, já em 1920, a tecer críticas ao papel sacralizado atribuído às bibliotecas como "templos do saber". Pierce Butler, professor da escola, no livro *An introduction to library Science* (1933) [1], tece crítica à definição ao dizer que "a biblioteca não é agência missionária para a promulgação de um evangelho literário estabelecido e eternamente verdadeiro" (Butler, 1933 *apud* Mueller, 1984, p. 19). Avançando em suas reflexões sobre o papel social da profissão, afirma que o bibliotecário, "como guardião dos arquivos culturais da

[1] O livro de Butler foi recentemente traduzido pela Briquet de Lemos, mas preferimos manter o trecho conforme a tradução de Mueller. Para acesso à obra em português, ver: BUTLER, Pierce. *Uma introdução à Biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2024. Disponível em: https://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2026pack-5c1a312349a1067cc5dc92b21d10ae01.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

sociedade, tem a responsabilidade de explorar estes arquivos para o bem comum, ao máximo de sua capacidade". Pode-se dizer que, de forma ainda não sistematizada teoricamente, Pierce Butler, se aproxima do conceito de mediação.

No Brasil, a perspectiva da mediação da informação (MI) e da mediação da cultura (MC), ou mediação da informação e da cultura (MIC), na biblioteca escolar, especificamente, ganha força nos anos de 1980, em meio a um movimento mundial pelo desenvolvimento de habilidades de informação (Melo; Araújo, 2008), quando a biblioteca deixa de ser considerada espaço de guarda de livros e passa a ser entendida como lugar de democratização do acesso à informação e cultura e de formação para a cidadania.

Retomando a epistemologia freiriana, aproximamos os estudos sobre a Competência Crítica em Informação (CCI) da categoria mediação. Almeida Júnior (2009) e Martins (2010, 2014) definem mediação como prática e/ou processo que envolve o fluxo, a transferência e a apropriação da informação; "[...] podendo ser realizada pelo mediador especializado, o bibliotecário, ou por meio de dispositivos tecnológicos" (Martins, 2014, p., 172), como os catálogos, por exemplo.

Nessas reflexões encontram ressonância nos estudos de Martín-Barbero (1997) sobre mediação, cultura e comunicação. Para ele, conforme ressalta Signates (2003, p.10), o termo mediação não é usado para indicar apenas os "[...] agentes que atuam como seletores de conteúdos e formas de diferentes procedências ou como construtores de nexo em instituições dentro de um lugar social específico [...]", ela também envolve a "[...] mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural que viabiliza as modalidades de comunicação, revelado pelas inovações tecnológicas". A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural (Martín-Barbero, 1997).

Entendendo a informação como objeto cultural, Lima e Perrotti (2016) consideram que a MC engloba a MI. Portanto, ela exige do mediador um conjunto de competências e atitudes de protagonismo cultural que vão além daquelas necessárias à MI. Desta forma, a atuação do mediador cultural deve se dar "[...] junto a outros protagonistas, com conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social" (Lima; Perrotti, 2016, p. 162).

Nessa direção, perguntamos: como os conceitos de competência crítica em informação e mediação da informação e da cultura contribuem para pensarmos a práxis bibliotecária no contexto das bibliotecas escolares?

Neste trabalho, abordamos a atuação do bibliotecário escolar entendendo a ação medidora como parte de seu compromisso com a transformação da realidade dos educandos. Para esta análise, nos aproximamos das ideias de Paulo Freire, especialmente do conceito de educação libertadora/transformadora, e das reflexões sobre Competência Crítica em Informação (CCI) e mediação. Entendemos a informação e a cultura não como dados, mas como apropriação intelectual, "com vista a superar a contradição opressor-oprimidos" (Freire, 1987, p. 15).

O objetivo geral é demonstrar como os conceitos de CCI e MIC contribuem para a reflexão sobre a práxis bibliotecária no contexto das bibliotecas escolares. De forma específica, busca-se identificar, por meio da análise dos planos de gestão de unidades de ensino, de que maneira esses conceitos vêm sendo mobilizados no cotidiano escolar, e em que medida o bibliotecário e a biblioteca são acionados nos planos.

Como metodologia, optou-se pelo estudo de caso, tendo como campo empírico a Rede Municipal de Ensino de Niterói. A coleta de dados foi realizada entre julho e dezembro de 2024, sendo selecionados para análise sete planos de gestão de unidades de ensino do município que possuem biblioteca escolar. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, tendo como principal referencial teórico Paulo Freire e a categoria educação problematizadora/libertadora.

2 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO PRÁXIS LIBERTADORA: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

A noção CCI surge nos Estados Unidos da América como *Critical Information Literacy*, a partir dos estudos de pesquisadores estadunidenses como Simmons (2005), Elmborg (2006), Tewell (2015), dentre outros, como vertente crítica da dimensão instrumental do conceito de competência informacional, proposta focada no uso da informação e não em sua apropriação. Essas abordagens tinham como principal referencial teórico o educador e filósofo Paulo Freire.

No Brasil, a noção CCI foi introduzida a partir de um artigo publicado por Vitorino e Piantola (2009), onde, em subseção exclusiva, discutem sobre *Competência Informacional Crítica,* termo utilizado pelos autores. Analisando as perspectivas dos pesquisadores norte-americanos, as autoras criticam os padrões tecnicistas da do conceito de competência informacional e concluem que sua abordagem "[...] deve levar em conta uma complexa gama

de processos individuais e coletivos, constituindo um campo fértil de pesquisa e de ação de potencial transformador" (Vitorino; Piantola, 2009, p. 138).

Para Brisola (2022, p. 21), a noção de CCI "[...] perpassa as relações humanas e a informação [e] contribui para a construção de uma consciência crítica que atravessa as literacias e promove uma mudança de comportamento do usuário, que passa a ser sujeito desta relação e das transformações sociais". Bezerra e Schneider (2022, p. 268) complementam que CCI "[...] é a práxis emancipatória atuante em práticas informacionais mediadas pela consciência crítica".

Como movimento teórico nos campos da Biblioteconomia e Ciência da informação, a noção de CCI traz ao debate uma abordagem dedicada aos aspectos sociais, políticos e éticos que envolvem os processos de informação que permeiam o ambiente educacional. Sobre isso, Fonseca *et al.* (2022, p. 13) destacam que a promoção da CCI relaciona-se com a superação das barreiras que instrumentalizam a Competência Informacional, geralmente focadas nos interesses do governo e do mercado, "[...] bem como à conquista da visão ética e política que possibilita a liberdade individual e comunitária e a autonomia informacional nos regimes informacionais contemporâneos", o que exige que as pessoas "[...] sejam não apenas habilidosas no uso da informação, mas saibam discernir os processos e os efeitos gerados pela informação" (Fonseca *et al.,* 2022, p. 13). Como destacam os autores, "[...] uma pessoa com esse conhecimento pode avaliar ética e criticamente as informações que recebe, utiliza e produz. Essas informações são frequentemente associadas a juízos de valor, justificando novamente a ênfase do uso da crítica no corpo do termo" (Fonseca *et al*., 2022, p. 13).

A abordagem crítica da informação se fundamenta, em termos teóricos, na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que, em síntese, situa o homem como sujeito histórico no jogo social, como protagonista na construção e na transformação da realidade. Tal abordagem qualifica a natureza interdisciplinar da BCI, aproximando seus pesquisadores de estudos de vieses críticos, "[...] acrescentando, mesmo às pesquisas técnicas e mais exatas, a crítica e a percepção da influência de poderes e questões históricas, políticas, sociais e culturais, que perpassam suas pesquisas" (Brisola, 2021, p. 187).

A Pedagogia Crítica, elaborada por Paulo Freire, é uma vertente da Teoria Crítica no Brasil e fundamenta a maioria dos estudos sobre MI e CCI. A base filosófica de Freire está em sua obra *A Pedagogia do Oprimid*o, onde distingue duas concepções de educação, uma "bancária" e a outra "problematizadora/libertadora".

A *Educação bancária*, segundo Freire, consiste em uma educação pautada na transmissão de conhecimentos do educador para o educando, em que o educador é o agente e o educando, o receptor passivo. Nesse movimento, desconsidera-se todo o itinerário cultural e formativo do educando, negando, assim, sua subjetividade. Na educação bancária, para Freire, "A palavra [...] se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la" (Freire, 2023, p. 80). Freire complementa ao afirmar que a visão bancária "[...] anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não a sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, mas sua transformação" (Freire, 2023, p. 83).

Na *Educação Libertadora/Problematizadora*, a educação é uma relação dialógica entre educador e educando. Este último é visto como agente ativo no processo de construção do conhecimento. O ato de educar, assim como o de informar em uma perspectiva crítica, é contextualizada com a realidade dos sujeitos. Na perspectiva da Educação Libertadora/Problematizadora, educador e educando "[...] se tornam sujeitos no processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas" (Freire, 2005, p. 79).

Para Freire (1987, p. 30), a realidade opressora, "[...] ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências [...]", sendo a opressão funcionalmente domesticadora. Por isso, "Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela" (Freire, 1987, p. 30).

A emersão à qual se refere Freire na citação supracitada é o próprio movimento necessário à libertação, que, para ele, só é possível por meio de uma práxis autêntica, entendida como unidade entre ação e reflexão, entre teoria e prática. Freire (1987, p. 29) defende o esforço permanente de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, pois a ação "[...] se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica".

A noção de consciência crítica (Freire, 1979, 1987) nos traz algumas características importantes que se somam à concepção de CCI. São elas: anseio de profundidade na análise dos problemas; não se satisfaça com as aparências; reconheça que a realidade é mutável; substitua explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade; verifique e teste as descobertas e esteja sempre disposto às revisões; livre-se dos preconceitos, não somente na captação de um

fato, mas também na análise e na resposta; reconheça, em sua quietude, a inquietude, e vice-versa, e torne-se uma pessoa mais crítica e indagadora; ame o diálogo, nutra-se dele; não repila o velho por ser velho, nem aceite o novo por ser novo, mas aceite-os na medida em que forem válidos (Freire, 1979).

Acreditamos que a teoria de Freire contribui para o campo da política no contexto de atuação do bibliotecário escolar, ao favorecer a compreensão de seu lugar e de sua função educativa e social enquanto mediador da informação e agente de transformação, numa perspectiva cujo compromisso é formar leitores competentes no uso da informação e críticos em sua percepção do mundo.

Na próxima seção, fazemos uma breve discussão contextualizando mediação enquanto dimensão prática da CCI, sob a luz da Teoria Crítica de Paulo Freire.

3 COMPETÊNCIA CRÍTICA E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

Segundo Mostafa (2012, p. 95), durante muito tempo a CI se dedicou às discussões sociotécnicas, o que a levou a se aproximar tardiamente da mediação cultural, e a entender que o "[...] conhecimento é também artístico ou cultural e não apenas informacional". Isso obrigou a CI a pensar as práticas de produção e circulação do conhecimento como mediações culturais, aproximando-se da Teoria Crítica, com a qual dialoga a epistemologia freiriana.

Para Paulo Freire (1997), a educação é uma prática política que está atrelada à emancipação dos educandos enquanto sujeitos criativos e autônomos. Para isso devem ser incentivados a questionar o mundo que os cerca. Como Freire, entendemos que o acesso à informação e à cultura no contexto escolar é um processo mediatizado pelos educadores e pelos bibliotecários. Na perspectiva cultural, "[...] a mediação viabiliza a apropriação e o protagonismo cultural [...] e a construção dinâmica de identidades individuais e coletivas" (Lima; Perrotti, 2016, p. 176).

Santana e Sousa (2026, p.13) explicam que "[...] as interações sociais, os contextos históricos, geográficos e culturais determinam os sentidos e significados atribuídos às informações e seus dispositivos". Para as autoras, a produção da informação ocorre em correspondência aos traços socioculturais dos seus produtores e, portanto, é fundamental que o fenômeno da informação seja entendido por uma ótica sócio-histórica, tomando o conceito

de cultura como norte. Por este ponto de vista, entendemos que informação e cultura, nos processos de mediação, são aspectos indissociáveis.

A biblioteca escolar, como equipamento informacional e cultural, é indispensável ao processo educativo na escola e, sobretudo, à formação dos educandos para a vida em sociedade. Tudo que a compõe, conforme ressaltam Farias e Brito (2019, p. 9), "[...]– acervo, serviços, atividades, espaços e mediações – converge para o trabalho educativo, ampliando perspectivas disciplinares e extradisciplinares, instigando seus usuários à aquisição e à produção de conhecimento, aprendendo a pesquisa, a arte, a ciência, a história". Neste sentido, o trabalho do bibliotecário escolar deve se dar com foco na organização da estrutura informacional pensando na formação educativa e o desenvolvendo humano de seus usuários, proporcionando-lhes acesso aos bens culturais por meio da leitura, da literatura, da ciência e das artes.

É por este caminho que seguimos na discussão sobre CCI, entendendo-a como resultado de uma prática formadora, realizada por meio de processos de MIC. Gomes (2020, p. 10) define a MI "[...] como uma ação dialética, pautada na dialogia e promotora da construção do espaço crítico". Aproximando-se do interacionismo freiriano, destaca a problematização como ação a impulsionar o desenvolvimento intelectual e "a apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora".

Gomes (2020) parte do pressuposto de que a informação é um fenômeno que se estabelece nas relações sociais como resultado do compartilhamento do conhecimento, entendimento que expressa uma visão sobre a importância da MI nos processos educativos no ambiente escolar. Explica que esse olhar implica em situar a mediação no percurso entre a comunicação e a transmissão, ultrapassando e superando "[...] a simultaneidade e efemeridade da comunicação [...] alcançando efetividade para além da própria existência dos agentes da comunicação e da ação de compartilhamento" (Gomes, 2020, p. 4).

Assim como para Almeida Júnior (2015), para Gomes (2020), a MI se expressa como uma ação de interferência "[...] direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, **gerando conflitos e novas necessidades informacionai**s (Almeida Júnior, 2015, p. 25, grifo do autor). Para este autor, mediação da informação se subdivide em *implícita* ou *explícita*, sendo *implícita* a que ocorre em espaços ou situações em que não há presença física

ou imediata do usuário da informação, e a *explícita* aquela que ocorre nos espaços ou situações em que há presença, seja física ou virtual, do usuário da informação.

A respeito da MC, Lima e Perrotti (2016, p. 169) a definem como a articulação, feita por um mediador, "[...] entre os bens culturais – saberes e objetos simbólicos – e um indivíduo, um grupo ou uma coletividade, por meio de dispositivos ou recursos instrumentais para acesso e apropriação desses bens". As autorias explicam que, no contexto da biblioteca, enquanto equipamento cultural, ao bibliotecário mediador cabe a atribuição de intervir, pensando desde a organização da informação e considerando a condição do público, "[...] codificando ou decodificando, atuando na negociação de sentidos, de preferências culturais, de gosto, de vínculos com a informação e o conhecimento" (Lima; Perrotti, 2016, p. 172).

Pela perspectiva da CCI, entendemos MIC como um processo de interferência que se dá com ênfase no desenvolvimento do senso crítico do usuário, e que tem como principal sujeito o bibliotecário e a biblioteca escolar como recurso informacional e sociocultural, voltada para a formação de indivíduos críticos, capazes de usar e avaliar criticamente a informação a que tiver acesso e "[...] refletir sobre sua condição no mundo, por meio da significação dessa informação e da geração de conhecimento, de modo a [...] pensar e agir com autonomia em prol da sua transformação" (Vieira, 2025, p. 50). Desta forma, a mediação para o desenvolvimento da competência crítica nos usuários se torna possível em todas as ações do bibliotecário na biblioteca escolar, seja nos processos técnicos de tratamento dos acervos, como a indexação, a catalogação e a preparação de materiais bibliográficos – exemplos de mediações implícitas – ou no atendimento direto aos usuários e até na elaboração e realização de atividades informativo-culturais – exemplos de mediação explícita.

Sabemos que as limitações enfrentadas pelo bibliotecário no ambiente escolar, sobretudo na escola pública, são diversas, e a maior delas talvez seja a falta de reconhecimento da equipe pedagógica e do poder público em geral sobre o potencial e importância da biblioteca enquanto recurso pedagógico. Silva (2003) chama a atenção para esta problemática, atribuindo-a à formação limitada dos professores nos cursos de magistério secundários e licenciatura, onde não são suficientemente orientados para a experiência da biblioteca no apoio à formação pedagógica. Os debates sobre o assunto são extensos no campo da Biblioteconomia. Porém, nos cabe aqui ressaltar a importância da biblioteca escolar e do bibliotecário nos processos de MIC e no desenvolvimento da CCI nos educandos.

De modo a mostrar os limites e as possibilidades dessa abordagem, na seção seguinte nos aproximamos do campo empírico e trazemos dados do estudo de caso: as bibliotecas escolares da rede pública de ensino de Niterói (RJ). A discussão se deu em torno dos resultados da pesquisa de dissertação realizada em 2024-2025. Atemo-nos à primeira parte da investigação, quando analisamos os planos de gestão das escolas, de modo a buscar informações sobre as bibliotecas, especificamente averiguar se são citadas nestes documentos e de que forma a práxis bibliotecária está inserida no planejamento das unidades de ensino.

4 A PRÁXIS DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE NITERÓI

A rede de bibliotecas escolares (BEs) municipais de Niterói em 2024 era composta de 16 bibliotecas, distribuídas em 98 unidades de Ensino (UEs) geograficamente distribuídas pelo município entre as cinco regiões administrativas de Niterói, conforme demostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de Bibliotecas escolares em Niterói em 2024

Região	BEs	Unidades de ensino (UE) por etapas		Total de UEs
		Infantil	Fundamental	
1. Leste	1	0	2	2
2. Pendotiba	3	8	8	16
3. Norte	7	19	22	41
4. Oceânica	2	8	5	13
5. Praias da Baía	3	14	12	26
Totais	16	49	49	98

Fonte: Dados da Pesquisa (2024-2025)

Em relação às bibliotecas, o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2026 (Lei nº 3234/2016), dentre suas metas, prevê ações para a expansão da rede de bibliotecas escolares do município de Niterói, caminhando no sentido do cumprimento da Lei nº 14.837/2024, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. No Plano está prevista a implantação de bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino da rede municipal de educação, além da garantia de investimentos para a ampliação e manutenção do sistema de bibliotecas escolares municipais. O plano determina, também, a promoção do crescimento e manutenção dos acervos visando a atualização, e que os projetos arquitetônicos das novas unidades de ensino públicas ou privadas prevejam a construção da biblioteca escolar (Niterói, 2016).

Sobre a coleta dos dados, foram analisados os 7 Planos de Gestão das 16 unidades de ensino investigadas. Trata-se de um estrato do que foi analisado na dissertação de mestrado, de modo a ilustrar as discussões aqui levantadas. Para a análise foram consideradas as seguintes premissas: 1 – os objetivos dos planos de gestão envolvem direta ou indiretamente a biblioteca escolar; 2 – Há nos planos ações que envolvem a MIC; 3 – Há nos planos menção à importância ou a intenção do desenvolvimento da CCI.

Sobre a premissa 1: "os objetivos dos planos de gestão envolvem direta ou indiretamente a biblioteca escolar", todos os objetivos dos planos analisados (Quadro 1 a seguir) demonstram a preocupação das sete unidades de ensino com questões importantes para a realidade dos educandos, como a educação antirracista e o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. Há também preocupação com outras questões, como diversidade e inclusão, uso de novas tecnologias no ensino, melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e ampliação do universo cultural dos educandos, entre outras. No entanto, nota-se que não há menção à biblioteca escolar, ou à intenção de seu uso como recurso pedagógico.

O tratamento das questões destacadas nos objetivos dos planos analisados poderia ser potencializado com o uso da biblioteca e a intervenção do bibliotecário, ao explorar, em suas ações de mediação da informação e da cultura (MIC), as potencialidades da coleção/acervo. Junto com a equipe pedagógica, a Biblioteca Escolar pode atuar na articulação de ações formativas que permitam aos educandos o conhecimento do mundo em diversidade e complexidade, para a aquisição de conhecimentos (Farias; Brito, 2019). Conforme ressalta Silva (2009), as possibilidades de conhecimento que a biblioteca pode oferecer à comunidade escolar, se bem estruturada, são inestimáveis. Para isso, "[...] é preciso que ela esteja integrada ao programa escolar e presente nas discussões que dizem respeito ao andamento pedagógico da instituição" (Silva, 2009, p. 118).

Quadro 1 – Objetivos dos planos que podem envolver direta ou indiretamente as BE

Plano de gestão	Objetivos
1	Dialogar sobre as diferenças étnicas, culturais, NEEs, de gênero e de que origem forem, existentes na comunidade escolar, buscando garantir um ambiente de respeito e boa convivência para todos os integrantes da comunidade escolar.
2	Ampliar a inserção da Unidade Escolar junto à comunidade circundante, como colaboradora e parceira de ações externas, assim ajudando a construir o território educador.
3	Valorizar a cultura afro-brasileira e a igualdade social.

4	Intensificar o diálogo sobre Educação antirracista e diversidades, despertando o respeito e a valorização dos diversos atores nelas existentes.
	Implementar ações e práticas com novas tecnologias, instrumentalizando a comunidade escolar e melhorando a qualidade do fazer pedagógico.
5	Promover atividades diferenciadas e lúdicas que desenvolvam habilidades socioemocionais, valores, diversidade e inclusão.
6	Buscar parcerias com todos os segmentos escolares: alunos, professores, pais, responsáveis, funcionários e comunidade escolar, articulando ações educativas que visem o desenvolvimento integral dos educandos e o sucesso escolar.
	Desenvolver projetos educacionais e culturais que valorizem os saberes construídos pela comunidade escolar, principalmente pelos alunos.
	Desenvolver projetos que viabilizem e dialoguem com culturas local e mundial, principalmente a Lei 10.639/2003, que difunde a cultura afro-brasileira e africana.
	Fortalecer e incentivar projetos que busquem ultrapassar o insucesso escolar, favorecendo o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos.
7	Continuar desenvolvendo projetos sobre afro-brasilidade e povos originários brasileiros.
	Trabalhar de forma transversal com diversos tipos de assuntos que estão em voga na sociedade. Ex. de temas: racismo, meio ambiente, pluralidade religiosa.
	Desenvolver pesquisas, trazer leituras e promover estudos sobre a realidade da comunidade escolar.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Sobre e a premissa 2 – "Há nos planos ações que envolvem MIC", observa-se (Quadro 2) que as práticas de leitura e escrita estão presentes nos Planos de Gestão analisados por meio de atividades como hora do conto, rodas de leitura, rodas de conversa, oficinas e projetos literários, entre outras. Os planos das escolas reúnem atividades que podem envolver a biblioteca escolar, apesar da ocorrência de somente 3 menções dentre os 7 planos. Destaca-se ações relacionadas à temática étnico-racial, com uso de livros e realização de feiras culturais, entre outras ações que valorizam a pluralidade cultural.

Quadro 2 – Ações que envolvem mediação da informação e da cultura nos planos de gestão

Planos de gestão	Ações que envolvem mediação da informação e da cultura
1	Retomar as rodas de leitura no espaço da biblioteca escolar.
2	Proporcionar e intensificar situações de autoformação e formação entre pares dos profissionais da educação da unidade, priorizando a troca e a construção coletivas de ações pedagógicas.
3	Realizar com o coletivo debates e trocas de experiências que valorizem e resgatem a identidade afro-brasileira.
4	Manutenção de diálogos constantes com os discentes e a comunidade escolar na valorização e respeito as diversidades e a cultura indígena e afro-brasileira.

	Utilização da biblioteca como espaço multidisciplinar.
5	Desenvolver os projetos que estimulem a discussão de temas atuais e interdisciplinares de interesse dos alunos, tais como: show de talentos, no qual os alunos apresentam suas criações artísticas e culturais para a comunidade escolar; feiras culturais, que desenvolvam trabalhos interdisciplinares de criação dos alunos e professores; rodas de leitura, que estimulem o hábito de leitura e discussão das mesmas; e participação em todos os projetos interdisciplinares desenvolvidos pela Secretaria de Educação.
6	Promover projetos literários, dinamizando o uso da biblioteca da escola, desenvolvendo o gosto pela leitura, o senso crítico, a imaginação, emoções, sentimentos, de forma prazerosa e significativa.
	Projeto "África de todos nós", difundindo a história do povo africano e a contribuição para o povo brasileiro, combater atitudes racistas.
7	Culminar as datas comemorativas que fazem referência ao contexto histórico e cultural a transversalidade de temas que estão em voga na sociedade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Nas ações apontadas são priorizadas as atividades de MIC, por meio de projetos literários e ações culturais. As ações relatadas favorecem o desenvolvimento do olhar crítico dos educandos acerca da realidade. Há elementos que caracterizam que estas ações vão ao encontro do conceito *problematizadora/libertadora.*

Os objetivos e ações elencadas (Quadros 1 e 2) nos dão subsídios para compreender que há um certo grau de engajamento crítico da equipe pedagógica na questão da formação dos educandos para a vida em sociedade. Sobre a importância do desenvolvimento da consciência crítica no ambiente escolar, Freire (1982, p. 95-96) destaca que:

> Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos.

Porém, ao que indica os dados levantados nos planos (Quadros 1 e 2), apesar das menções à biblioteca, o bibliotecário não está integrado às estratégias pedagógicas, e isto fica evidente pois não há ações específicas deste profissional previstas nos documentos.

Sobre e a premissa 3 – "Há nos planos menção à importância ou a intenção do desenvolvimento da CCI". A menção aparece, indiretamente, no plano de ação da Unidade de Ensino 6: "Promover projetos literários, dinamizando o uso da biblioteca da escola,

desenvolvendo o gosto pela leitura, o senso crítico, a imaginação, emoções, sentimentos, de forma prazerosa e significativa". Como vimos, a CCI não se resume apenas às habilidades técnicas de localizar e recuperar a informação, envolvendo o desenvolvimento das habilidades de interpretar e analisar as informações levantadas com autonomia e criticidade. Para Bezerra e Schneider (2022, p. 268), a CCI se manifesta nas mais diversas práticas informacionais "[...] estando necessariamente vinculada à consciência crítica que orienta a ação ético-política. [com vista ao] combate às desigualdades e outras formas de opressão".

A análise dos planos de gestão aponta como as questões sociais e culturais afetam a vida dos educandos e marcam a realidade educacional brasileira, como é o caso da desigualdade social, que se desdobra em diversas formas de opressão, como as limitações de acesso à informação, o fracasso escolar e os preconceitos étnico-raciais e religiosos, entre outros. A temática do preconceito se expressa na farta quantidade de ações informacionais e culturais focadas no respeito às diversidades e às culturas indígena e afro-brasileira; nos debates e trocas de experiências que valorizem e resgatem a identidade afro-brasileira; e no diálogo sobre educação antirracista e diversidades, despertando o respeito e a valorização dos diversos sujeitos nelas envolvidos.

Apesar de os planos mostrarem um movimento importante na direção de uma educação libertadora/problematizadora ao preverem abordagens, a partir de atividades, à temáticas relevantes para a realidade dos educandos, inclusive inserindo, mesmo que timidamente, a biblioteca como meio para o cumprimento desses objetivos, mostram também, pela ausência de menções ao bibliotecário especificamente, uma visão limitada sobre a importância da atuação deste profissional, enquanto agente de informação, cultura e educação, no ambiente escolar. O bibliotecário, quando integrado ao planejamento didático, ciente dos conteúdos que serão explorados nos processos de ensino/aprendizagem, "[...] poderá apresentar ao professor as possibilidades informativas da biblioteca escolar com relação à disciplina que irá lecionar. Dessa forma, o professor planejará, com mais segurança, o envolvimento da biblioteca no seu trabalho pedagógico" (Silva, 2003, p. 77). Além de seu papel de apoio no processo de ensino formal, o bibliotecário, enquanto coordenador da BE, entendida como instituição social, é também agente dotado de responsabilidade na formação dos educandos, por meio de ações de MIC, para o desenvolvimento da consciência crítica e para o enfrentamento da realidade social.

Em Freire (1979, 1982), para superar a opressão, temos que mobilizar a *consciência crítica.* Contudo, a passagem da *consciência ingênua* para a *consciência crítica* não ocorre de forma automática, sendo necessário, para isso, um processo educativo de conscientização, um trabalho de interferência do educador, que envolve a problematização de temas do cotidiano e sua *criticização,* aspectos que as ações elencadas nos planos procuram fazer, trazendo para o campo da política a atuação da escola pública e de sua biblioteca, ampliando a compreensão de suas funções educativa e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Freire (2023), o ato de educar é uma ação medidora e dialógica em que educador e educando são sujeitos do conhecimento. Esse ato não se limita a mera transmissão de palavras (mediação passiva), mas exige intervenção do educador, para que dados e informações sejam problematizados, para que, com autonomia e crítica, os educandos possam se apropriar desses saberes e construir conhecimentos.

Considerando a biblioteca escolar como um lugar que reúne recursos que podem ser mobilizados no processo de educação em sua totalidade, não se restringindo à dimensão didática, é fundamental que a MIC, como ação bibliotecária, se dê carregada de significados, que propicie a construção contextualizada de conhecimentos para a compreensão da realidade e para a vida prática, noção que em Freire pode ser entendida como criticidade.

Como vimos, na concepção de Freire (2005), no olhar da educação problematizadora/libertadora, o educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado. Ambos são sujeitos na dinâmica educativa.

As concepções freirianas de educação, bancária e libertadora/problematizadora, servem à análise da postura do bibliotecário no ambiente escolar, no desempenho de seu papel educativo, na relação com os educandos. Pela perspectiva da educação libertadora, o bibliotecário, enquanto educador, promove a construção do conhecimento, o desenvolvimento da criticidade, do olhar questionador, a partir dos recursos que dispõe na biblioteca e da elaboração de atividades culturais e informativas, relacionando sua organização e suas práticas educativas e informacionais ao contexto de vida de seus usuários-educandos, às questões sociais que os afetam.

Para que o uso da biblioteca na escola seja potencializado, além de seu uso por professores ou pela equipe pedagógica, é preciso que o bibliotecário seja reconhecido enquanto

agente mediador de informação e cultura por professores e outros agentes pedagógicos. Para a criação dessa cultura, deve haver uma ação autônoma do bibliotecário em relação à organização escolar e aos educandos. Em relação à organização, é fundamental o seu envolvimento nos planos de gestão; que seja integrado à equipe pedagógica, que participe ativamente de suas reuniões, e que contribua com seus conhecimentos. Um trabalho dialógico envolvendo professores, bibliotecário e direção tende a potencializar a integração biblioteca-escola.

Em relação aos educandos, é necessário que esteja sempre envolvido em ações de mediação da informação e da cultua, pensando não só o apoio às tarefas escolares dos educandos, mas no seu enriquecimento intelectual para a vida de um modo geral, com abordagens que considerem seus interesses, experiências e repertórios de vida. Tais ações tendem a enriquecer e potencializar as práticas educativas no ambiente escolar, sobretudo quando há, manifesto nos planos de gestão, o interesse no tratamento crítico de questões que envolvem informação e cultura, como é o caso do objeto analisado.

A ausência de menções ao bibliotecário nas ações e nos objetivos contidos nos sete planos de gestão analisados revela que seu papel como mediador da informação e da cultura, enquanto agente de educação no ambiente escolar, ainda é subestimado. Esse problema relaciona-se a uma cultura bibliotecária brasileira que, apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios para universalizar a biblioteca escolar como um direito social e de cidadania.

A temática da biblioteca escolar enquanto recurso pedagógico e o papel do bibliotecário como agente de educação deveria ser recorrente nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em pedagogia e nos de licenciatura em geral, como ressalta Silva (2003), para que, já na formação, os futuros educadores tenham subsídios para a compreensão da importância da biblioteca, não apenas como recurso pedagógico, mas como um espaço de criatividade e produção de conhecimentos; um lugar de compartilhamento de saberes, de socialização, de práticas culturais e de lazer. Além disso, para a compreensão da importância do bibliotecário e de seu envolvimento nas ações pedagógicas, entendendo-o como agente de educação e mediador de informação e cultura.

Por fim, cabe mencionar que a pesquisa se limitou a analisar os planos de gestão, dada a dificuldade de acesso aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas investigadas. Contudo, mostrou-se desafiadora, abrindo-se a novas pautas de pesquisa, como o desenvolvimento de

estudos comparativos entre políticas públicas nacionais e locais, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Educação do Munícipio, de modo a averiguarmos se as metas traçadas no PNE, em especial a tocante à implantação de bibliotecas, se alinham com o plano local e com outros planos que atravessam a questão da informação e da cultura, como o Plano de Leitura do Município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A dos.; SILVA, R. J. da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-25.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendencias da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 20 mar. 2026.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. Teoria, consciência e práxis: a mediação dialética da crítica. *In:* BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

BRISOLA, A. C. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://objdig.ufrj.br/30/teses/922068.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRISOLA, A. C. Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. *In:* BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação:** teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

BUTLER, P. **An introduction to library science**. Chicago: Chicago University Press, 1933.

ELMBORG, J. Critical information literacy: implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, [Autrália], v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 826–836, 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155. Acesso em: 20 mar. 2026.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

FONSECA, A. V.; MEDEIROS, B. L. S.; FERNANDES, D. V.; OLIVEIRA, N. D. F.; TANUS, G. F. S. C. A Competência Crítica em Informação na biblioteca escolar para a construção de uma sociedade democrática. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/78216. Acesso em: 20 mar. 2026.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2., p. 161-180, 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319. Acesso em: 20 mar. 2026.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, A. A. L. **Mediação:** reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/ECID-88MHR9. Acesso em: 20 mar. 2026.

MARTINS, A. A. L. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, p. 164–185, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22674. Acesso em: 20 mar. 2026.

MELO, A. V. C. de; ARAÚJO, E. A. de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/pt_BR/article/view/254976. Acesso em: 20 mar. 2026.

MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 95-100, set./dez., 2012.

MUELLER, S. P. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte. 13, n. 1, p. 7-54, 1984. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36462. Acesso em: 20 mar. 2026.

NITERÓI. **Lei n°3.234, de 4 de agosto de 2016**. Aprova o plano municipal de educação para o decênio 2026-2026. Niterói: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: https://leis.org/rbutp. Acesso em: 29 mar. 2026.

SANTANA, N. S. de; SOUSA, A. C. M. de. A intersecção entre cultura e informação nas ações mediadoras. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 11, p. e68946, 2026. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/68946. Acesso em: 20 mar. 2026.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de Comunicação. **Novos Olhares**, São Paulo, n. 12, p. 4–19, 2003. Disponível em: https://revistas.usp.br/novosolhares/pt_BR/article/view/51386. Acesso em: 20 mar. 2026.

SILVA, R. J. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. *In:* SOUZA, R. J. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SIMMONS, M. Librarians as Disciplinary Discourse Mediators: Using genre theory to move toward critical information literacy. **Libraries and the Academy**, [*s. l.*], v. 14, n. 2, p. 297-311, 2005. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/slis_pub/66/. Acesso em: 20 mar. 2026.

TEWELL, E. A decade of critical information literacy: a review of the literature. **Communications in Information Literacy**, Buffalo, NY, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1089135.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

VIEIRA, R. L. **Letramento e competência crítica em informação nas bibliotecas escolares da rede municipal de educação de Niterói**: reflexões à luz dos pensamentos de Gramsci e de Paulo Freire. 2025. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/39540. Acesso em: 20 mar. 2026.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009.